

# A cidade para os civilizados: Significados da ordem pública em contextos de violência urbana

**Christina Vital da Cunha**

Professora da UFF

No presente artigo, abordaremos os significados atribuídos à expressão “ordem pública” pelos diferentes atores sociais em situação. Trata-se de uma reflexão inicial que se insere no contexto mais amplo dos debates sobre “violência urbana” e sentimentos de insegurança. A análise se baseia na observação direta e no acompanhamento de discussões por meio de e-mails e blogs de Conselhos Comunitários de Segurança, Cafés Comunitários, Câmaras Comunitárias e fóruns congêneres de diferente locais da cidade do Rio de Janeiro no âmbito da pesquisa “Violência urbana: Padrões cognitivos e regimes de ação de segmentos das camadas médias no Rio de Janeiro”.

**Palavras-chave:** ordem pública, situação, violência urbana, evitação, conselhos comunitários de segurança

In **The City for the Civilized: Meanings of Public Order in Contexts of Urban Violence** we examine the meanings attributed to the expression “public order” by different social actors in the current situation. This preliminary reflection relates to the broader context of debates regarding “urban violence” and feelings of insecurity. The analysis is based on direct observation and discussions through emails and blogs of Community Security Councils, Community Cafés, Community Chambers and similar forums of various sites in the city of Rio de Janeiro related to the study “Urban Violence: Cognitive standards and action regimes of middle layer segments in Rio de Janeiro”.

**Key words:** public order, situation, urban violence, avoidance, community security councils

## Contexto de formação dos fóruns de segurança na cidade

Recebido em: 30/06/2011

Aprovado em: 25/01/2012

**A** década de 1990 na cidade do Rio de Janeiro foi marcada por inúmeros episódios violentos na direção das margens sociais<sup>1</sup>. O sentimento partilhado de existência de uma guerra na cidade emergiria como justificativa para as ações do Estado na direção de territórios de favelas, periferias e de seus moradores e para a leniência de parte da sociedade diante destas ações. No entanto, o caráter espetacular/ostensivo de duas chacinas (Vigário Geral e Candelária), ambas cometidas por grupos de extermínio formados por policiais militares (e a mobilização de atores prestigiados na sociedade em defesa das vítimas destas violências), escandalizou parte da opinião pública, tornando insustentável a defesa pública de tais ações. Motivada pela indignação quanto ao tratamento violento dispensado pelo Estado aos mais pobres, pela sensação de existência de uma “violência urbana” crescente no Rio de Janeiro e, ainda, pela difusão do “discurso dos direitos” que tomou a

1 Para falar das margens sociais urbanas, aciono a perspectiva de Veena Das e Deborah Poole. Para saber mais sobre a análise que empreendem sobre as margens como constituintes do Estado (e não sua exceção) e das “tecnologias de poder” utilizadas para conter/controlá-las, ver Das e Poole (2004).

2 Parte das discussões apresentadas aqui foram concebidas no âmbito da pesquisa “Direitos humanos e vida cotidiana: Pluralidade de lógicas e violência urbana”, coordenada pela profª Jussara Freire (UFF) e financiada pela Faperj no edital 26/2008 “Apoio a projetos de pesquisa na área de humanidades”.

3 Conforme consta na Resolução SSP nº 629, de maio de 2003, disponível no site [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)

4 Entre os anos de 2009 e 2010 foi realizada observação direta de inspiração etnográfica nos Conselhos e Cafés Comunitários de Copacabana, Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Tijuca; na Câmara Comunitária de Jacarepaguá e em um Fórum de Segurança chamado Projeto de Segurança de Ipanema (PSI). Neste mesmo período, acompanhei os blogs e sites do PSI e da Câmara Comunitária de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, a fim de acessar os diferentes conteúdos produzidos nesses fóruns (atividades sociais, manifestações públicas, reivindicações de moradores por “segurança” e “ordem” etc.). Vale lembrar que os Conselhos Comunitários de Segurança, assim como os Cafés Comunitários são instâncias consultivas, enquanto as Câmaras Comunitárias e o PSI constituem instâncias deliberativas.

5 Suas finalidades constam na resolução SSP nº 781 de 8 de agosto de 2005. Como nos lembra Miranda (2008), os CCS foram criados formalmente em 1989, implementados em 1999 e reestruturados em 2005.

6 Podendo ser reeleito de modo consecutivo somente uma vez.

sociedade no período pós-redemocratização, a sociedade civil mobilizou-se por meio de fóruns e de organizações não governamentais reivindicando respeito aos direitos humanos, “paz” na cidade e “justiça” para os que sofriam (sofrem) com ações arbitrárias e violentas perpetradas por agentes do Estado<sup>2</sup>. Nesse mesmo período, observou-se a consolidação, em âmbito governamental, da ideia de que a aproximação entre os moradores da cidade entre si e entre esses e autoridades de Segurança Pública, tais como delegados da Polícia Civil e comandantes de Batalhões da Polícia Militar, seria um caminho para a dissolução da “cidade partida” e o estabelecimento da confiança mútua com vistas a uma cidade pacificada.

Precisamente em 1999, durante o governo de Anthony Garotinho no estado do Rio de Janeiro, o secretário de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, lançou as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) com o objetivo de promover a “integração entre os órgãos policiais, as comunidades e as agências públicas e civis prestadores de serviços essenciais à população”<sup>3</sup>. Cada AISP correspondia à área de abrangência de um Batalhão da Polícia Militar (BPM). Nas AISPs, os chefes de cada força de segurança de escopo estadual deveriam atuar de modo conjunto, pois a política que se buscava implementar compreendia a complementaridade do trabalho da Polícia Civil e Militar como ponto alto das estratégias de combate à “violência urbana”.

O espaço concebido por esse governo para o diálogo interclasses e dessas com as polícias foram os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS)<sup>4</sup>, também criados em 1999<sup>5</sup>. Assim, para cada AISP seria formado um CCS composto, obrigatoriamente, de uma diretoria eleita anualmente<sup>6</sup> entre candidatos residentes nos bairros de abrangência da AISP, do(s) delegado(s) titular(es) da(s) delegacia(s) e do comandante do BPM da área.

Ainda no âmbito dos CCSs, foi realizada observação direta no VI Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: As novas tendências para os CCSs, realizado na Uerj em 27 de novembro de 2009. Essa foi uma iniciativa do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP) realizada anualmente desde 2004 e que tem por objetivo reunir representantes de CCSs da capital e do interior para avançar na resolução de dificuldades que o conjunto dos Conselhos apresenta, assim como divulgar iniciativas de sucesso que sirvam como

inspiração e exemplo para os demais Conselhos. É uma tentativa, ainda, de reforçar a importância desses Conselhos e o comprometimento da sociedade civil com as questões da segurança pública no estado. A composição da mesa desse VI Fórum dava o tom abrangente do evento e a importância relativa que esses Conselhos passaram a assumir para a questão da segurança pública no Rio de Janeiro. Assim, estiveram presentes o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, o comandante geral da PMERJ, cel. Mário Sérgio, o diretor do ISP, cel. Paulo Teixeira, a coordenadora geral dos CCSs no ISP, drª. Edna Pinto de Araújo, e dois professores da UERJ, dr. Jorge da Silva (história) e dr. João Trajano (ciências sociais). O objetivo principal do encontro em 2009 era discutir o papel e o formato dos CCS depois da Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Os pontos mais polêmicos colocados em pauta referiam-se à transformação dos CCS de instância consultiva para deliberativa e para instância com dotação orçamentária<sup>7</sup>. Em termos mais gerais, estava sendo discutido um novo estatuto para os CCSs que refletiria a importância que governo e sociedade veriam em sua maior colaboração e integração para o avanço das questões que cercam a Segurança Pública. Os CCSs, nesse sentido, estariam sendo fortalecidos como redes importantes e capilares pela ampla participação de seus membros em outras organizações sociais e governamentais<sup>8</sup>.

Os Cafés Comunitários, mais um dos fóruns acompanhados nesta pesquisa, conformam outra iniciativa do governo do estado do Rio de Janeiro no âmbito do programa “Todos Pela Paz”, lançado em 2000. Esse programa contava com seis ações básicas: Jovens pela Paz; Escolas da Paz; Polícia da Paz; Shows da Paz; Disque 0800; e Festival de Música pela Paz<sup>9</sup>. Esses cafés constituem uma ação da “Polícia da Paz” e se realizam mensalmente nas unidades operacionais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Para os Cafés, coordenados, na atualidade, pelo comandante da Unidade Operacional (Batalhão ou BPM) e conduzidos com o auxílio de oficiais e praças ali lotados, são convidados representantes das associações de moradores da área de abrangência do BPM, comerciantes, síndicos dos prédios etc. A participação é aberta a moradores dos bairros e favelas, ainda que não representem nenhuma organização. Para a composição da mesa são chamados o presidente dos CCSs (Conselho Comunitário de Segurança), delegados da área de abrangência

7 Na atualidade, os CCSs não operam com recursos de seus membros, que são todos voluntários e contam, para a realização das reuniões mensais, com a concessão de espaços – e de um *coffee break* – por parte dos moradores, associações de moradores, organizações e órgãos públicos presentes na área de abrangência da AISP. Uma ampla bibliografia discute os limites de atuação dos CCSs que seriam causados, em parte, pelo voluntariado imposto aos seus dirigentes, pela não capacitação de seus conselheiros, pelo baixo grau de participação social e de representatividade do movimento social e pelas concepções oportunistas de muitos integrantes dos conselhos que os veriam como meio realizar objetivos particulares. Isto tudo justificaria, em última instância, o baixo poder de intervenção dos CCS nas políticas públicas nesta área (MIRANDA, 2008; MORAES, 2009; TATA-GIBA, 2002 e 2005).

8 A maioria dos participantes observados integravam outras redes de participação civil, como associação de moradores de bairros ou favelas, Ordem dos Advogados do Brasil, Lions Club, Barra Alerta, Fun Barra, corpo de voluntários do Hospital Pedro Ernesto e conselhos de âmbito municipal e estadual (Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho Tutelar, Conselho para a discussão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro etc.). Para saber mais, ver Fuks (2004).

do BPM e representantes da prefeitura. O comandante, como anfitrião, dá início aos trabalhos do dia após alguns minutos nos quais os presentes aproveitam os comes e bebes oferecidos e conversam sobre suas atividades em outros conselhos, trocam informações, fortalecem suas redes. Em um diálogo direto entre autoridades da Polícia Militar e a população, são apresentadas e monitoradas estatísticas da criminalidade local. Os participantes são conduzidos por slides e mais slides apresentados pelo comandante com o objetivo de explicar as ações do seu comando, ações essas alicerçadas na técnica, frisam.

As Câmaras Comunitárias são entidades cuja finalidade é a promoção, via acionamento do poder público e em parceria com o setor privado, de melhorias na qualidade de vida<sup>10</sup> dos residentes de um determinado bairro ou Região Administrativa (RA). As Câmaras Comunitárias acompanhadas foram as de Jacarepaguá e Barra da Tijuca<sup>11</sup>. Ambas foram fundadas na década de 1990 (respectivamente 1997 e 1992) e contam com associados que contribuem financeiramente para a gestão da entidade. Entre os associados encontram-se empresas, condomínios, empresários e socialites. São promovidas reuniões para a discussão de temas concernentes à vida no bairro ou RA sempre com a presença de políticos, secretários de estado e/ou municipais em salas de cinema, clubes, restaurantes, churrascarias etc. Além das reuniões periódicas com convidados, as Câmaras oferecem um sem-número de atividades esportivas e de lazer aos seus associados<sup>12</sup>. Durante o VI Fórum dos CCSs, foi possível observar como as Câmaras Comunitárias são reconhecidas pelos integrantes dos CCSs como lugares de composição social menos heterogêneo, sendo identificados publicamente por alguns de seus integrantes ali presentes como representantes da elite, em contraposição ao lugar de embate e mais plural que seriam os CCSs.

Por fim, o Projeto de Segurança de Ipanema (PSI) apresenta-se como um “grupo de cidadãos trabalhando por uma cidade melhor”, frisando sua não identidade como associação de moradores ou organização não governamental. Foi fundado em 2007 por moradores do bairro de Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro. O slogan da entidade é: “Cidadãos unidos contra o crime e a desordem urbana”. Conta com voluntários organizados em torno dos seguintes objetivos<sup>13</sup>: “Reduzir os índices de criminalidade em Ipanema e melhorar a percepção

de segurança; identificar nossos problemas e trabalhar nas soluções; sair da reclamação passiva para a ação transformadora”. As ações do grupo assemelham-se às desempenhadas pelos Conselhos Comunitários de Segurança e Cafés Comunitários, tais como o treinamento de porteiros, o acompanhamento de estatísticas de criminalidade e a convocação de representantes do poder público para a resolução de problemas locais previamente identificados. Interessante observar que os integrantes do PSI, em sua maioria, não participam dos demais fóruns citados, preferindo investir energias (como anunciado no blog do grupo) em ações para o seu bairro de residência e não para a melhoria de uma área maior de abrangência, como a das AISPs.

### **Da civilidade e ‘ordem pública’ ou sobre como controlar e evitar os pobres**

O repertório, acionado pelos integrantes das camadas altas e médias que frequentam os fóruns, combina a expectativa pela inculcação de um padrão de civilidade por parte dos à margem da sociedade (a saber, os moradores de favelas e subúrbios, assim como os mendigos e menores pedintes na rua) e a descrença na capacidade desses de absorverem tal padrão, o que demandaria dos órgãos públicos, em especial, das polícias, o exercício da tutela para que se possa (ou melhor, para que as elites e camadas médias possam) desfrutar da cidade pacificada.

O avanço do padrão de civilidade possibilitaria, como nos apresenta Elias (1993), a partilha de códigos e comportamentos cuja referência são as camadas altas e médias. E seria justamente a partilha desses códigos e comportamentos que imprimiria previsibilidade às ações humanas, aumentando, conseqüentemente, a sensação de segurança na interação entre os diversos membros da sociedade. Nesse sentido, nos CCSs e Cafés observados, assim como no Projeto de Segurança de Ipanema, são inúmeras as situações nas quais os moradores de favelas residentes na localidade são chamados a refletir sobre como devem agir para que a “ordem pública” seja mantida ou alcançada. Por exemplo, em um encontro do PSI, moradores do morro do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho foram diretamente chamados pela organizadora do encontro para se posicionarem à frente das autoridades (sentadas à mesa sobre

9 Para saber mais sobre o programa, ver Basilio, (2006).

10 Melhorias na área dos transportes, saneamento básico, segurança, coordenação do tráfego etc.

11 [www.camaradejacarepagua.org](http://www.camaradejacarepagua.org) e [www.ccbt.org.br](http://www.ccbt.org.br)

12 Sobretudo no caso da Câmara da Barra, que conta com a presença constante em seus eventos de políticos de projeção regional e nacional, empresários, socialites e esportistas.

13 Para saber mais, ver o blog [psipanema.blogspot.com](http://psipanema.blogspot.com)

um palanque no auditório, logo, em posição superior a deles) para ouvirem como deveriam proceder para guardar as suas “barracas” de cachorro quente, milho, as cadeiras que dispõem para alugar na praia etc. A organizadora do encontro disse, em tom paternalista<sup>14</sup>, que eles agora teriam um lugar para depositarem seus pertences sem deixar a cidade suja. Em suas palavras: “Vai ter o lugar, mas não pode mais deixar a barraca na rua, nem o burro sem rabo, nós queremos ordem ali”. Concluiu perguntando aos dois barraqueiros negros que a ouviam falar ao microfone sobre o palanque (logo, ao lado das autoridades e acima dos barraqueiros): “Vocês entenderam bem?” Ao que eles consentiram com a cabeça.

No entanto, há situações em que emerge o discurso do alance ou manutenção da “ordem pública” via tutela dos moradores de favelas e subúrbios, assim como dos mendigos e menores pedintes na rua que circulam nos bairros de abrangência dos fóruns acompanhados. Nesses momentos – diferentemente daqueles nos quais a crença em que um padrão de civilidade pode ser alcançado pelos à margem, via autocontrole obtido pela inculcação de valores e códigos nos encontros “educativos” que se configuram, muitas vezes, os CCSs, Cafés e o PSI – é demandado o exercício da tutela por parte do Estado na direção dos que não partilhariam de uma “humanidade comum”<sup>15</sup>, e que, portanto, não teriam a mesma capacidade crítica dos demandantes para o desfrute da vida em sociedade, para a partilha da cidade pacificada na qual a “ordem pública” seria por todos experimentada. Por exemplo, em todos os conselhos e fóruns observados, sem exceção, havia uma forte demanda dos presentes quanto à tutela (ação coercitiva para reprimir ações não ajustadas ao padrão de civilidade) dos mendigos e menores pedintes na rua. As autoridades presentes lembravam ao público demandante que os mendigos e menores poderiam ficar na rua. A lei lhes garantia esse direito. Tinham a opção de seguir para os abrigos, mas poderiam não consentir com isto. A estas explicações se seguiam falas indignadas quanto aos limites impostos pela lei. No PSI, assim como no CCS de Copacabana e da Tijuca, foram cobradas ações mais “enérgicas” (uma palavra muito acionada pelos policiais quando de ações que por defensores dos direitos humanos são conhecidas, no mais das vezes, como “truculentas”) da polícia e dos demais órgãos responsáveis da prefeitura na direção desta população, visto que têm de ser, na perspectiva desses demandantes,

14 Fala esta que infantilizava e lhes negava dignidade, como nos lembra Zaluar (1985) sobre os efeitos causados pela percepção paternalista das elites sobre os pobres urbanos.

15 Boltanski (2009) e Thévenot e Boltanski (1991). Em trabalho apresentado por Freire (2008), encontra-se uma rica discussão sobre a percepção e o repertório acionado por membros dos Conselhos Comunitários de Segurança e por policiais civis e militares que sugerem a crença de membros das camadas médias e das elites quanto ao distanciamento ontológico, de substância humana entre estes e os à margem, com destaque aqui para os favelados.

tuteladas por recusarem os conteúdos educativos/civilizatórios dispostos pelos órgãos públicos. E por contribuírem decisivamente para o aumento da desordem urbana e da insegurança pública entre os moradores e entre os “cidadãos de bem” (termo que usam correntemente para oporem os à margem e os moradores, os comerciantes locais, moradores de bairros de mesmo nível social etc.) que circulam pelas localidades, foco do interesse de cada elite demandante. Em algumas reuniões era possível observar que as autoridades provocavam demandas “enérgicas” dos presentes na tentativa, talvez, de legitimar tais ações. Em um encontro do PSI, um integrante da prefeitura levou objetos cortantes que estariam em posse de mendigos que dormiam na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. Em discurso inflamado, ele mostrou os objetos, para comunicar “aos que defendem os mendigos” que não é possível agir pacificamente com eles, que receberiam os agentes da prefeitura com facas e cacos de vidro. Apresentou os objetos para a plateia, que se mostrou chocada, fazendo em coro: “Ohhhh!” Nas situações de demanda por tutela de mendigos e meninos pedintes na rua, os moradores de favela presentes às reuniões não se manifestavam nem favoráveis, nem contrários às demandas impostas.

Outros exemplos de demandas por controle/tutela e civilidade do diferente (leia-se, do morador de favelas e dos subúrbios) foram observados nos fóruns acompanhados. Em um dos encontros do Projeto de Segurança de Ipanema cujo tema era “Fórum sobre Choque de Ordem”, a organizadora disse, em sua fala de abertura, que R\$ 35 milhões “dos nossos bolsos [o dos “humanamente iguais”] estão indo para eles [os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho]. Entendo que deve ser melhorada a comunidade, mas tem que regularizar a luz, tem de pagar IPTU, caso contrário não vai ter ninguém que segure. Quem é que não vai querer morar em uma favela urbanizada em Ipanema?” Alertou, na sequência, que a “desfavelização da cidade é premente com as Olimpíadas”. Finalizou cobrando uma reação de Rodrigo Bethlem, então secretário de Ordem Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro, presente à reunião, sobre o ponto por ela levantado. Nesse caso, como em outros observados em campo, a diferença em relação ao outro, que seria o morador de favela ou o suburbano, emerge e, diante da intransponível diferença de *ethos*<sup>16</sup> entre os integrantes de camadas médias e da elite e aqueles,

16 Que, nos termos de Geertz (1973), poderia ser entendido como “modelos de” e “modelos para”, isto é, modos de interpretar/ver o mundo e modos de agir no mundo.



caberia ao Estado contê-los. As câmeras de segurança seriam importantes instrumentos para vigiar a circulação na cidade, e nas reuniões de Ipanema e Barra da Tijuca, principalmente, esse é um tema recorrente. Em outubro de 2009, Ipanema, por exemplo, contava com 60 câmeras de vigilância espalhadas pelo bairro. O secretário de Ordem Pública, atendendo aos pedidos dos moradores, anunciou a colocação de 350 câmeras na Zona Turística da cidade, o que incluiria, sem dúvida, Ipanema. A plateia vibrava e um morador disse que as câmeras eram importantes instrumentos para combater a desordem urbana, que, em sua perspectiva, estimularia a ocorrência de crimes. Em suas palavras: “A criminalidade se mistura na desordem”. A esta frase reagiu uma moradora dizendo: “A desordem leva à favelização dos lugares”, acentuando, assim, o caráter fundamental desses recursos tecnológicos para o alcance da “ordem pública” e, conseqüentemente, nesta chave de leitura, para o combate à “violência urbana”.

Ambas as situações – aquelas nas quais as demandas são pela inculcação de padrões de civilidade e aquelas nas quais as demandas são por tutela – revelam o anseio de proteção das camadas médias e altas. A segurança ou, mais claramente, a proteção dos vitimados pela “violência urbana”<sup>17</sup> e pela incivilidade/desajustamento dos favelados e suburbanos seria alcançada – na perspectiva das elites e camadas médias citadinas – mediante a conquista de um espaço urbano ordenado. É nesse sentido que a “ordem pública” passa a ser um valor maior, uma grandeza (BOLTANSKI, 2009), configurando-se, assim, como a principal demanda política para a resolução dos mais variados problemas da cidade.

Não se trata, neste *paper*, de desconsiderar a demanda pelo funcionamento pleno dos órgãos públicos e pela melhoria generalizada dos serviços oferecidos por eles à população. Esta é uma importante demanda de todos os presentes nos fóruns observados e que tem amplo e histórico eco na sociedade. Nos CCSs e Cafés, assim como nas Câmaras Comunitárias, são muitas as situações nas quais as elites e os à margem se somam nas reivindicações por melhorias na iluminação das vias públicas, no calçamento das ruas, no sistema de transporte etc. Esses encontros são muito valorizados pelos presentes justamente pela possibilidade de falarem diretamente com os representantes dos órgãos, constrangendo-os publicamente a darem prazos para a

17 Vale ressaltar que, nesta chave de leitura, as elites e camadas médias seriam mais vítimas que os favelados, pois, diferente destes, não guardariam nenhuma relação de afinidade, parentesco, dependência e cumplicidade com os criminosos violentos, como nos lembra Machado da Silva (2008).

resolução dos problemas apresentados. Uma moradora de Jacarepaguá disse, a respeito dos CCSs e Cafés Comunitários: “Acho esplendoroso. Uma oportunidade de falar diretamente com as autoridades. Quando é que você vai a uma delegacia e o delegado titular te recebe?” No entanto (e, sobretudo), quando se trata do acionamento da “ordem urbana” informado pela chave de leitura da “metáfora da guerra” (LEITE, 2001), ou seja, quando se coloca a questão da ordem como antídoto contra a “violência urbana”, os moradores de favelas (e os menores pedintes de rua identificados como moradores destas localidades) passam a ser os principais alvos a serem ora civilizados, ora tutelados.

Para além da demanda por civilização e tutela dos moradores de favelas e subúrbios, observei, ainda, a recorrente demanda dos membros de CCSs – com destaque para os da Barra da Tijuca, Tijuca e Copacabana – e dos principais articuladores do Projeto de Segurança de Ipanema pela ação das polícias e da Guarda Municipal, assim como do secretário estadual de Transporte, para a evitação e limitação à mobilidade daqueles nas áreas de usufruto dos moradores do próprio bairro e daqueles que com estes partilham uma “humanidade comum”. O desejo de evitação das margens se dá não só pelo risco potencial que ela representaria, mas também por estas idealmente não combinarem com a imagem que os integrantes das camadas médias e das elites projetam de si mesmas e dos seus bairros de residência. Na chamada de um dos encontros do PSI, por exemplo, o folder anunciava: “Ipanema é terra de gente bonita, bronzeada e politizada. Participe de nosso encontro para ouvir e cobrar ações do poder público para o nosso bairro”. No blog expõem o que lhes parece bizarro e distante deles (os mendigos, pedintes, deficientes físicos pobres etc.) em oposição aos surfistas, transeuntes brancos e brancas com cangas passeando pelo calçadão. Apresentam festivais de moda e a diversidade de gastronomia do bairro como algo que seria verdadeiramente Ipanema. Em uma foto postada no blog do PSI, há um deficiente físico caído no chão tentando pegar o skate sobre o qual se locomovia e uma legenda na foto dizia: “Essa é nova! Em plena área de lazer, na Vieira Souto!” Na sequência aparecem fotos do *Ipanema Jam Fashion* e da praia em um dia de mar calmo cuja legenda diz: “O Caribe é aqui! Quem teve a sorte de poder ir à praia hoje viu como Ipanema poderia ser. Como o Caribe. Como Aruba. Vejam nas fotos tiradas hoje. Uma manhã de água clara e azul, de areias completamente lim-

*pas e vazias [grifo meu]*. No final da tarde, um pôr do sol de lavar a alma”. A principal organizadora dos encontros do PSI frisou publicamente em uma das reuniões que Ipanema tinha de ser tratada de modo especial pelos órgãos públicos pelo que ela representa para a cidade e para o estado do Rio de Janeiro. Diante, por exemplo, do “problema da mendicância” que o bairro vem enfrentando, ela disse: “É impossível ter um bairro como Ipanema com um problema desses!” Em suas palavras: “Ipanema é o único bairro duas estrelas no [guia internacional] Michelin”, o que reforça, assim, o caráter especial do lugar e o tratamento diferenciado que, por isto, deveria ser-lhe dado.

A tentativa de evitação do outro, do diferente, emerge em outras situações nas quais solicitam a ação do poder público, como no caso do pedido dos moradores de Ipanema para a não colocação de mais uma estação de Metrô no bairro. O planejamento do Estado prevê a instalação de uma estação na Praça Nossa Senhora da Paz. A alegação dos moradores para a demanda feita é que esta seria a única praça que restou só para os moradores, dado que a Praça General Osório tem o Metrô e a feira hippie, que amplia a circulação local para não residentes do bairro, gerando desordem urbana e insatisfação nos que pagam altos valores de IPTU na região, salientaram. Nas palavras de uma moradora de Ipanema: “O bairro é invadido no rastro da feira hippie até outras ruas”. Outra moradora disse ainda: “No rastro da feira hippie vem a camelotagem”. Diante das inúmeras falas de moradores presentes ao encontro solicitando a não abertura desta estação de Metrô naquela praça, o secretário de Transportes disse que o padrão internacional era de até 800 metros de uma estação à outra e que o ponto ideal seria ali na Praça Nossa Senhora da Paz. Falas indignadas e autoritárias dos moradores se seguiram. A plateia gritava: “Não é possível, não pode ter outra estação...” Uma moradora tomou o microfone e disse, tendo o apoio dos presentes: “Tem que ter conversa [das autoridades com os moradores de Ipanema] mesmo porque não adianta dizer que é bom [para a cidade. Esse era o principal argumento mobilizado pelo secretário de Transporte], tem que saber o que interessa aos moradores”. Os moradores de Ipanema entraram com uma representação no Ministério Público solicitando das autoridades a não construção da estação do Metrô na Praça Nossa Senhora da Paz.

A questão do Metrô é também acaloradamente debatida entre os moradores da Barra da Tijuca presentes aos encontros do CCS e dos Cafés Comunitários, assim como na Câmara Comunitária do bairro. Em diversos encontros esse tema foi diretamente relacionado ao da “ordem pública” e segurança dos moradores, dado que o fluxo de moradores do subúrbio e de “pessoas mal-intencionadas”, como disseram, seria facilitado na localidade. Reclamaram dos pontos de ônibus que chegam trazendo pessoas de Cascadura, Madureira e outros bairros. Na percepção dos demandantes, a situação do transporte público na Barra da Tijuca hoje contribuiria para a desordem, para o aumento do lixo nas ruas, para a ocorrência de assaltos e lotação dos trechos da praia na altura desses pontos finais de ônibus e terminais rodoviários. Nesse caso, como no de Ipanema, flagra-se a demanda por evitação daqueles que representariam risco e que não combinariam, ao mesmo tempo e por isto mesmo, com a imagem que projetam de si e do bairro. Jornais de associações de condomínios na Barra da Tijuca, como no caso da Península, anunciam que ali é lugar de “gente bonita e feliz”, um lugar onde a “vida vai funcionar” e as imagens associadas são de esculturas representando atletas e figuras belas e míticas da Grécia Antiga; casais de jovens brancos e sorridentes namorando, outros brincando com seus filhos em um cenário arborizado e ensolarado no qual a limpeza e o bucólico se complementariam para o desfrute de um clima de paz e felicidade.

No CCS e no Café Comunitário da Tijuca, os moradores do “asfalto” do bairro apresentam suas demandas por evitação do outro (o favelado) de modo menos contundente (nos casos de Barra da Tijuca e Ipanema os moradores e organizadores dos encontros confrontam os poderes públicos tratando-os, por vezes, como subordinados) do que é feito nos outros fóruns citados, mas não deixam de interpelar as autoridades presentes solicitando delas o fechamento de passagens de favelas por ruas nobres do bairro, alegando a questão da insegurança e da diferença de *ethos* dos residentes naquelas ruas e dos moradores das favelas próximas, que passam por ali portando aparelhos de som em alto volume, bebendo, caminhando em rodinhas etc.

Em todas estas demandas, seja por civilização, tutela ou evitação, as forças policiais são aquelas principalmente acionadas pelos presentes aos fóruns. Isto revelaria o papel fundamental que desempenhariam na ordem social na atualidade.

## **Aproximação gramatical e política das polícias como meio de alcançar a ‘ordem pública’ e combater a ‘violência urbana’**

A centralidade que a questão da segurança tem nos debates nesses fóruns se revela não só em sua própria concepção, mas em situações nas quais os participantes aos encontros acionam o repertório dos representantes das forças de segurança ali presentes. Não raro os presentes falam entre eles e na interlocução com as autoridades em CCSs e Cafés Comunitários a partir do jargão policial. Dizem, por exemplo, que a “mancha criminal” se deslocou da área de residência deles e agradecem por isto. Em outro exemplo, um comandante apresentava as estatísticas criminais na área de abrangência de seu Batalhão utilizando um alfabeto recorrente entre as forças armadas de todo o mundo. A área do BPM estava dividida em setores e cada um deles correspondia a uma letra desse alfabeto. Então, o comandante dizia que no setor Alfa, Bravo, Charles, Delta, Hotel, Índia etc. havia reduzido ou aumentado o número de determinado delito. Na sequência, os participantes do encontro passavam a utilizar esses mesmos termos para se referirem aos seus lugares de moradia. E não somente os moradores do “asfalto”, mas os das favelas também. Quando o comandante falava da “pegada forte” da polícia contra os criminosos, a assembleia reagia fazendo menção às ações da polícia nesses termos. Nesses momentos e em tantos outros durante os encontros desses fóruns, foi observada a forte propaganda em torno da prevalência da técnica nas operações policiais civis e militares – reforçando a diferença dessa gestão em relação à passada, que privilegiaria ações políticas e não técnicas ou “operacionais”, termo que utilizavam comumente nas reuniões observadas. A utilização e divulgação de estatísticas de criminalidade para a população buscava o efeito de demonstrar a profissionalização das ações do Estado na direção do combate à “guerra” urbana e parecia angariar adeptos.

Os moradores presentes a estas reuniões revelariam, ao acionarem estas gramáticas (seja nas conversas informais antes e durante os encontros, assim como na interlocução com as autoridades), não propriamente uma adesão irrefletida às forças de segurança pública, mas, talvez e com mais vigor, uma crença de que: 1) o problema da segurança pública ou da “violência urbana” poderia ser resolvido pela ação coordenada e eficaz

das polícias; 2) a aproximação entre a sociedade e policiais seria um componente importante para que fosse vencida a “luta contra o crime”. O medo da polícia e o afastamento dela, como lembrou um morador presente ao CCS da Tijuca, não produziram soluções. A aproximação sim, seria capaz disto. Nas palavras desse morador: “... a população tem medo de se identificar e sofrer represália. Esse é um ponto nevrálgico. Ainda é comum as pessoas terem medo da polícia, mas nós perdemos esse medo, estamos frente a frente com a polícia. Foi uma ideia maravilhosa do governo, não sei se do Garotinho ou da Garotinha, mas foi maravilhoso. Tem que estender isto”. No mesmo sentido, o presidente do CCS da Barra da Tijuca fazia constantemente pronunciamentos durante os encontros nos quais estimulava a aproximação dos moradores dos policiais salientando a importância de transformar os policiais em protetores fiéis dos moradores. Em certa reunião disse: “Vamos fazer do soldado um amigo. O soldado nosso amigo vai nos proteger mais do que a Constituição manda”. Continuou enfatizando: “Com um soldado amigo a gente dá menos chance de ele fazer coisa errada”. Orientava os moradores a pararem o carro ao lado da viatura policial e desejar-lhes um bom dia. A frase sugerida era: “Espero que vocês tenham um dia de paz”.

Assim, durante a realização dos encontros, predominava um clima que ficava na fronteira entre a cortesia e a submissão dos presentes às autoridades policiais e aos seus repertórios<sup>18</sup>. E esta cortesia e submissão faziam parte ora da crença partilhada pelos presentes na resolução da violência urbana via ação eficaz e integrada das polícias, como destaquei acima, ora de uma estratégia de aproximação cidadã e até afetiva das forças policiais para que estas viessem a proteger-lhes de modo especial – uma tentativa de privatização do serviço de segurança pública via estabelecimento de relações “amigas”.

Nos momentos em que a cortesia é suspensa e as cobranças por melhores serviços emergem de modo contundente por um ou outro presente, a reação que se segue é de enquadramento da fala deste pelo grupo, um enquadramento que visava à manutenção do clima de docilidade que poderia garantir a boa relação – e os “bons frutos” que desta relação adviriam – entre a sociedade e a polícia. No mais das vezes, as falas a serem contidas e *ajustadas* durante as reuniões dos CCSs e Cafés Comunitários eram as dos moradores de favelas. Às colocações destes as autoridades policiais e os repre-

<sup>18</sup> A ausência de debate e o clima de “consenso” e “harmonia” em torno das propostas e temas lançados nos CCSs foram observados por Fuks et alii (2004) nos conselhos do Paraná. Na perspectiva deste autor, analisado por Tatabjiba (2005), este cenário se revelaria contrário às expectativas de deliberação democrática que têm na explicitação dos conflitos um de seus elementos centrais.

sentantes de agências prestadoras de serviços públicos se referiam de modo protocolar, fazendo valer um “verniz de democracia” no qual a regra prevalecia em sua complexidade burocrática em contraposição ao que era observado quando os interlocutores solicitantes eram das camadas altas e médias. Era corrente observar a desigualdade absoluta de tempo para expressar a demanda e a resposta quando o interlocutor da autoridade pública era um morador de favela. Em uma reunião do CCS da Tijuca, por exemplo, após o clima de incômodo generalizado diante de uma reclamação feita por um morador de favela que havia sido materialmente prejudicado em uma operação policial realizada em sua localidade de residência, o comandante do BPM tomou a palavra e falou por quase vinte minutos recorrendo constantemente à formalidade e à “legalidade dos processos” para responder ao interlocutor favelado. Dizia frases como “nós temos preceitos a seguir”; “A lei é o amparo legal para a ação policial”; “Determinei a instauração de um inquérito”; “Temos compromisso com a lei, com a norma, com a comunidade deste Batalhão. A questão está sendo apurada”. Disse ainda que “é lamentável quando há reclamação de má conduta. Há muito tempo que não existe isto”. No curso de sua longa resposta foi mobilizando outros temas e revertendo aquilo que deveria ser a resposta à reclamação de um cidadão sobre uma ação policial em um discurso que oscilava entre motivador do comprometimento dos moradores de favelas com sua corresponsabilidade no combate à criminalidade: “Se tem área que precisa de limpeza, alguém tem que ser excluído do convívio social e a população precisa colaborar informando. Vamos apurar, encontrar responsabilidades. Convoco que participem mais denunciando, levando isto ao local de moradia de vocês. A quem deseja dias melhores, notifiquem as autoridades competentes onde há delinquentes”.

Noutra situação, um morador, presidente da associação de moradores do Salgueiro, pediu a fala. Iniciou, conforme o protocolo na assistência, parabenizando o trabalho do comandante do BPM local. Em seguida, aproveitou a presença de um representante da Prefeitura para pedir a iluminação regular da favela e a poda das árvores. Disse: “O Salgueiro ficou sábado sem luz a noite toda. A maior barreira é essa. Não sei mais a quem pedir. Estamos sendo prejudicados com a escuridão. Vai um e outro e não resolve”. O clima de incômodo se seguiu sua fala. No momento de resposta do representante da prefeitura este rapidamente disse sem retornar ao ponto: “A RioLuz está sendo atuante nas comunidades”.

Em seguida, pronunciou-se um morador do morro do Turano. Em primeiro lugar parabenizou o comandante pelas estatísticas apresentadas. Na sequência, cobrou resposta a uma solicitação formal e protocolada no BPM que havia feito há um mês. A solicitação era para que fosse restabelecido o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) na área ou, na impossibilidade de tomar esta medida, que derrubassem o espaço físico ou o policiassem porque estava sendo indevidamente ocupado por usuários de drogas. De modo polido o comandante respondeu: “Temos de ver se neste logradouro pode ser *feito* alguma coisa. Já enviamos o protocolo para sua entidade. A decisão pelo fechamento é pela necessidade de efetivo...” Respondeu longamente alegando o caráter mais amplo da iniciativa, e que, por isto, interessaria ao conjunto da sociedade (ao contrário da manutenção do DPO, que atenderia ao interesse de somente parte dos moradores daquela favela).

O descrédito em relação aos pronunciamentos dos moradores de favelas nos fóruns observados passava não só pelo recurso à técnica, à lei, à norma, ao protocolo, mas também pelos cochichos entre os presentes à plateia. Estes sugeriam desde a impertinência ou “chatices” do tema trazido pelos moradores de favelas até o descrédito moral, quando acusavam os que se pronunciavam de “bandidos” ou amigos destes. Exemplos ocorreram quando um morador de favela apresentou denúncia ao comandante do Batalhão de Polícia Militar de forma pública durante reunião de um dos CCSs acompanhados na pesquisa. O morador denunciou agressões cometidas por policiais contra ele e outros moradores em uma ação realizada pela PM naquela semana. Disse que foi chutado pelas costas e ofendido pelos policiais, que, assim, reagiram depois que ele reivindicou reparação dos danos causados pelos policiais que arrombaram o seu quiosque-lanchonete na favela. O comandante respondeu perguntando qual era o nome dos policiais. O morador não sabia e, logo, o comandante retomou a palavra dizendo que para fazer denúncias era vital que todos os dados possíveis fossem relatados para facilitar a investigação. “Denúncias vazias”, segundo ele, não iam para a frente porque não tinham como ser investigadas e que “seus homens” estavam agindo de forma orientada não só por ele, mas pelo regimento da PM, e que se um ou outro apresentava desvio de conduta seria punido. Contudo, diante das informações imprecisas, nada poderia fazer. O morador insistiu



em ter os danos reparados. A impaciência da assembleia diante da insistência do morador tomava conta do ambiente quando outra moradora resolveu falar. Ela residia noutra favela e resolveu utilizar o espaço do CCS para fazer uma denúncia contra policiais que estariam em um carro blindado da PM passando no ponto do ônibus e gritando, pela janela do “Caveirão”, que os moradores tinham de avisar “lá em cima” que a polícia ia “invadir”. O comandante do BPM, com um sorriso no rosto, perguntou: “Como é que o policial poderia ter colocado a cabeça para fora do blindado se este não tem janelas?” Ao que se seguiram risos da assembleia. O descrédito em relação à fala da mulher ia em um crescendo. Ela concluiu, depois do inquisitorial pelo qual passou publicamente, que o veículo não era da PM e sim da Polícia Civil, e novas falas enquadrando seu relato foram em sua direção, nesse caso, partindo do delegado ali presente. O público estava impaciente. Os moradores de favela denunciavam estavam sentados juntos e se apoiavam com sinais gestuais e com abraços. Pessoas ao meu redor começaram a dizer que eram todos amigos de traficantes. Uma participante do CCS, moradora de uma parte nobre do bairro no qual acontecia a reunião do conselho e que portava uma medalha dourada de Nossa Senhora no *tailleur* que vestia, disse “eu conheço ela” referindo-se jocosamente à moradora que denunciava o mau procedimento de policiais.

Cabe ressaltar que os fóruns estudados não são absolutamente vedados às demandas políticas e por “ordem pública” dos moradores de favelas. Observei situações em que suas falas eram apoiadas tanto pela assembleia quanto pelas autoridades presentes. Eram frequentes no CCS e Café Comunitário de Jacarepaguá, por exemplo, os momentos em que moradores se pronunciavam solicitando dispositivos de contenção de velocidade de automóveis em frente a escolas em suas favelas (ou como invariavelmente diziam, “comunidades”) de residência, o conserto da iluminação e a instalação de semáforos.

Nas reuniões do CCS de Copacabana havia uma senhora evangélica, há muito líder comunitária e (no presente da pesquisa) presidente da associação de moradores de sua favela de residência, sempre chamada pelo presidente do CCS (comandante reformado da PMERJ) a fazer as orações de encerramento dos trabalhos do dia. Quando essa mesma senhora tomava a palavra para se pronunciar diante de questões levantadas pelo grupo, um silêncio respeitoso se colocava e as autoridades chamadas a res-

ponder falavam farta e atenciosamente. No entanto, não posso me furtar à observação de que todas estas situações nas quais os moradores falavam e eram ouvidos e atendidos em suas demandas coincidiam em um ponto: eram falas (e demandas) enquadradas. Digo enquadradas em sua forma, pois eram intervenções nas quais acionavam um repertório comum aos participantes das camadas altas e médias presentes aos encontros. Observava, assim, que o “uso da burocracia/formalismo pelas lideranças era um recurso estratégico em um ambiente onde isto é valorizado” (MIRANDA, 2008, p. 15). Mais que valorizado, sustento que o recurso ao formalismo é condição *sine qua non* para a consideração das demandas dos moradores de favelas presentes aos encontros. Como nos lembra ainda Miranda (*idem*), a articulação de dada linguagem e a compreensão dos rituais possibilitariam traduzir pedidos/problemas (ou reclamações, como no mais das vezes são recebidas as falas dos moradores de favelas quando não adequadas ao referido formalismo) em demandas/prioridades.

Além da articulação de determinada linguagem e adaptação aos rituais dos conselhos e fóruns congêneres, as demandas dos moradores de favelas, para serem ouvidas/atendidas, vão no sentido da “ordem pública” na chave da melhoria dos serviços públicos (no geral, municipais) oferecidos à população, tais como calçamento, instalação de sinalizações para motoristas e pedestres, iluminação das vias públicas. As demandas por “ordem pública” informadas pela “metáfora da guerra” (LEITE, 2001) com a finalidade de combater a violência urbana eram articuladas rotineiramente não pelos moradores de favelas. Estes eram, no mais das vezes, identificados com a própria criminalidade<sup>19</sup>

## Palavras finais

Sustento que a pluralidade nos fóruns estudados é bem vista e mesmo solicitada pelos agentes públicos de segurança e pelas camadas altas e médias que deles participam, mas não para ser exercida em sua complexidade, “como pode ser o caso do sentimento que ocorre em outras *arenas públicas*”<sup>20</sup> (GUSFIELD, 1981, *apud* FREIRE, 2008, p. 4), mas para: 1) fazer desses encontros espaços “educativos” ou de inculcação de civilidade pelos “incivilizados” e desajustados da cidade (isto é, moradores de

19 Sobre o cerco a palavra dos moradores de favelas e sua identificação com o crime violento e com a “violência urbana”, ver os artigos contidos na coletânea organizada por Machado da Silva (2008). Em relação à juventude residente em favelas e a identificação desta com o comércio de drogas e a violência que a envolve, ver, além do próprio Machado da Silva (2008), Zaluar (1985, 2004), Soares (2004), Athayde et alii (2005), Adorno (2002), entre outros.

20 Nota de Freire (2008, p. 4): “O objetivo de Gusfield é de entender o processo pelo qual um problema se torna público, isto é, a ‘ascensão’ de um determinado assunto privado para um assunto público. Esta ascensão ocorre durante um processo de apropriação do assunto por um determinado grupo, que forma uma arena pública e que se considera responsável por fazer algo (*doing something*) para resolver este problema e de defini-lo como prioritário no intuito de introduzi-lo em uma agenda pública. Um assunto pode também ser afastado da atenção pública para não ser tratado publicamente. A ação pública representa, neste quadro, o processo seletivo dos demais assuntos sociais e, ao fazer esta seleção, transforma um assunto social em assunto público através da atenção pública”.

favelas e subúrbios, na perspectiva das camadas altas e médias que predominam nos fóruns observados); 2) para somar forças nas demandas ajustadas como naquelas que solicitam a melhoria de serviços públicos, como iluminação, calçamento, entre outros. Nesse contexto, “ordem pública” é uma expressão que varia de significado conforme os atores que a acionam. Informada pela “metáfora da guerra”, conforme usada pelas camadas médias e elites presentes aos fóruns, “ordem pública” seria igual ou teria como resultado a “pacificação da cidade”, a redução da “violência urbana” e a partilha dos espaços de lazer e convivência entre os iguais. Para os demais, os discursos em torno da “ordem pública” são acionados como recurso à garantia de direitos, tais como a melhoria nos serviços públicos a eles prestados (da segurança pública à iluminação em suas áreas de residência) e o respeito a normas de convivência entre vizinhos (do respeito à lei do silêncio e ao depósito de lixo em lugar adequado). Vale destacar, enfim, a diferença substantiva na apropriação desse discurso entre as camadas sociais urbanas no Rio de Janeiro na atualidade: uns fazendo da “ordem pública” uma forma de civilizar, evitar e/ou tutelar o diferente (no caso, os moradores de favelas e subúrbios, os mendigos e crianças pedintes na rua), reafirmando a existência das margens e das “classes perigosas”; outros fazendo da “ordem pública” um meio para a garantia de direitos que viabilizem o espaço público.

A cidade pacificada (o urbano no qual a “ordem pública” vigoraria, na perspectiva das camadas altas e médias presentes aos fóruns observados) seria:

1) a cidade na qual somente os que partilham de uma “humanidade comum” desfrutariam dos mesmos espaços (porque partilham códigos e valores), sejam praças, calçadas, praias etc. Nessa cidade pacificada os à margem deveriam ser capazes de circular e trabalhar ajustadamente, logo, favelados e suburbanos, deveriam (nessa perspectiva) ter sua mobilidade regulada fora dos seus espaços de moradia;

- 2) a cidade do tráfico neutralizado pelo poder do Estado;
- 3) a cidade de bairros privatizados;
- 4) a cidade “desfavelizada”;

Os fóruns acompanhados conformariam importantes iniciativas pela melhoria da cidade e para as relações entre sociedade e instâncias públicas. Contudo, dada a centralidade da questão da “violência urbana” no Rio de Janeiro nos últimos anos e as formas a partir das quais a sociedade pensa essa violência e as suas possibilidades de resolução, esses fóruns apresentam-se, no mais das vezes, como locais de reforço das margens e das demandas por sua civilização, tutela ou evitação. Assim, as reivindicações coletivas e individuais por “mecanismos, técnicas e tecnologias de poder” (FOUCAULT, 2000, p. 288) teriam por objetivo regular a vida e a mobilidade dos moradores de favelas, subúrbios e periferias da cidade do Rio de Janeiro com vistas ao alcance da “paz” e da “ordem”.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. (2002), “Adolescentes, crime e violência”. Em: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de [e] SPÓSITO, Marília (orgs). Juventude em debate. São Paulo, Cortez.
- BASÍLIO, Marcio Pereira. (2006), “Polícia cidadã: Um estudo do Café Comunitário à luz da teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas”. Trabalho apresentado no curso de mestrado em administração pública da FGV, Rio de Janeiro. Disponível (on-line) em: <http://www.scribd.com/doc/25031015/Policia-cidada-um-estudo-do-cafe-comunitario-a-luz-da-teoria-da-acao-comunicativa-de-Jurgen-Habermas>
- BOLTANSKI, Luc [e] THÉVENOT, Laurent. (1991), De la justification: Les économies de la grandeur. Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc [e] CHIAPELLO, Ève. (2009), O novo espírito do capitalismo. São Paulo, Martins Fontes.
- DAS, Veena [e] POOLE, Deborah (orgs). (2004), Anthropology in the Margins of the State. Santa Fé, Oxford, School of American Research Press/James Currey.
- ELIAS, Norbert. (1993), O processo civilizador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel. (2000), Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France [1975-1976]. São Paulo, Martins Fontes.
- FREIRE, Jussara. (2008), “A experiência dos conselhos comunitários de segurança pública: Participação e sociabilidade violenta”. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro.
- FUKS, Mario; PERISSIONOTTO, Renato [e] SOUZA, Nelson Rosário. (2004), Democracia e participação: Os conselhos gestores do Paraná. Curitiba, Editora UFPR.
- GEERTZ, Clifford. (1973), The Interpretation of Cultures: Selected Essays. Nova York, Basic Books.
- LEITE, Márcia da Silva Pereira. (2001), “Para além da metáfora da guerra: Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca”. Tese (doutorado), PPGSA/IFCS/UFRJ.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. Em: Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Criminalidade violenta e ordem pública: Nota metodológica”. Série Estudos e Debates, IPPUR, nº 34.
- MIRANDA, Ana Paula. (2008), “A construção de um sistema de monitoramento dos Conselhos Comunitários de Segurança”. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia: Desigualdade na diversidade.
- MORAES, Luciane Patrício Braga de. (2009), “Participação social na área da segurança pública: Reflexões e análise a partir da Pesquisa Nacional dos Conselhos de Segurança Pública do Brasil”. Trabalho apresentado na Conferência Nacional de Segurança Pública – Conseg, Brasília. Disponível (on-line) em: [www.conseg.sp.gov.br](http://www.conseg.sp.gov.br).
- ROSENBAUM, Dennis. (2002), “A mudança no papel da polícia: Avaliando a transição para o policiamento comunitário”. Em: BRODEUR, Jean-Paul (org). Como reconhecer um bom policiamento. São Paulo, USP.
- SOARES, Luiz Eduardo. (2004), “Juventude e violência no Brasil contemporâneo”. Em: NOVAES, Regina [e] VANNUCHI, Paulo (orgs). Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_; BILL, MV [e] ATHAYDE, Celso. (2005), Cabeça de porco. Rio de Janeiro, Objetiva.
- TATAGIBA, Luciana. (2002), “Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil”. Em: DAGNINO, Evelina (org). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (2005), “Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: Aprofundando o debate”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, pp. 209-213.

ZALUAR, Alba. (1985), *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (2004), *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV.